

## O período colonial nos livros didáticos utilizados na região norte: a persistência da teoria dos ciclos econômicos (1997-2015)<sup>1</sup>

### The colonial period in the textbooks used in the northern region: the persistence of the business cycle theory (1997-2015)

Andressa da Silva Gonçalves<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo objetiva analisar quais são as perspectivas eleitas pela literatura didática para estruturar a narrativa do período colonial brasileiro. Através dos conceitos de *Representação* de Roger Chartier (1990), de *discurso* de Mikhail Bakhtin (2006) e de *Análise de conteúdo* de Lawrence Bardin (2011) analisamos dez coleções didáticas, aprovadas pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), datadas entre 1997 e 2015. Constatou-se que na mescla de narrativas que constituem a literatura didática sobre o período colonial, ainda predomina a teoria dos ciclos econômicos, onde o bandeirante ocupa um papel crucial.

**Palavras-chave:** Livro Didático; Período Colonial; Ensino de História.

**Abstract:** The article aims to analyze which are the perspectives elected by didactic literature to structure the narrative of the Brazilian colonial period. Through the concepts of *Representation* by Roger Chartier (1990), *discourse* by Mikhail Bakhtin (2006) and *Content Analysis* by Lawrence Bardin (2011) we analyze ten didactic collections, approved by PNLD, dated between 1997 and 2015. It was found that in the mix of narratives that constitute the didactic literature about the colonial period, the theory of economic cycles still predominates, where the bandeirante occupies a crucial role.

**Keywords:** Textbook; Colonial Period; History teaching.

## Introdução

Atualmente o livro didático se constitui como um dos instrumentos intrínsecos a cultura e cotidiano escolar das escolas públicas do país, ocupando um papel fundamental para o trabalho dos professores e o aprendizado dos alunos. A grande disseminação desse material escolar foi possível graças ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que foi fruto de um longo histórico de políticas republicanas referentes ao controle e regulamentação do livro didático. Contudo, embora seja a culminação de uma longa tradição, o PNLD inaugura uma nova relação entre o governo e a produção didática

---

<sup>1</sup> O presente artigo é parte de um trabalho de dissertação que tratou sobre a narrativa bandeirante nos livros didáticos.

Ver em: GONÇALVES, Andressa da Silva. *Entre as teias da tradição: As narrativas didáticas sobre as Entradas e Bandeiras, no passado colonial nos livros didáticos consumidos na Região Norte (1996-2016)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

<sup>2</sup> Mestre em História Social (UFPA) e doutoranda em Educação na Amazônia (UFPA). É professora de História da Educação Básica na rede municipal de Altamira-PA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5098347324590931>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1576-8453>. E-mail: [andressa\\_g.m@hotmail.com](mailto:andressa_g.m@hotmail.com).



(OLIVEIRA; FREITAS, 2013). A partir da criação do programa em 1985, o Estado deixa de ser coeditor e passa a ser apenas comprador dos livros didáticos. Além disso, em 1996, o programa sofre uma inflexão quando passa a submeter a literatura didática a uma avaliação dirigida por especialistas, com o objetivo de garantir a qualidade das obras e a exclusão de produções em que houvessem erros conceituais ou metodológicos, estereótipos ou preconceitos (MIRANDA; DE LUCA, 2004).

Através de políticas públicas representadas pelo PNLD, o livro didático é amplamente distribuído e utilizado na Educação Básica, sendo, na maioria das vezes, o único instrumento de aprendizado utilizado por professores e alunos. Segundo Batista em pesquisa publicada ainda em 2011, os alunos atendidos pelo PNLD chegam a somar quase 37 milhões. Em 2019, segundo dados disponibilizados pelo site do FNDE<sup>3</sup>, esse número pouco se altera totalizando mais de 35 milhões de alunos beneficiados pelo programa. Conforme os dados anteriores, o livro didático é um material que alcança universalmente as escolas públicas localizadas em todo país, sendo também determinante na conformação do currículo escolar.

Tendo essa conjuntura em vista, e conseqüentemente a importância que a literatura didática adquire em nossa sociedade, procuramos nesse trabalho analisar quais são os caminhos eleitos para construir a narrativa colonial. Nesse sentido, mapeamos dez coleções didáticas:

**Tabela 1** – Coleções didáticas analisadas

<b>Coleção</b>	<b>Autores</b>	<b>Editoras</b>	<b>Estado</b>
<b>História (1997)</b>	José Roberto Martins Ferreira	Editora FTD	São Paulo
<b>Para compreender a história (1997)</b>	Renato Mocellin	Editora do Brasil	São Paulo
<b>Nova história crítica (1999)</b>	Mario Furley Schimdt	Editora Geração Nova	São Paulo
<b>História Temática (2004)</b>	Andrea Montellato, Conceição Cabrini e Roberto Catelli.	Editora Scipione	São Paulo
<b>Construindo consciências (2006)</b>	Leonel Itaussu Mello e Luís César Amad Costa	Editora Scipione	São Paulo
<b>História e vida integrada (2009)</b>	Nelson Piletti, Claudino Piletti e Thiago Tremonte	Editora Ática	São Paulo
<b>Estudar História (2011)</b>	Patrícia Ramos Braik	Editora Moderna	São Paulo
<b>Teláris (2013)</b>	Gislane Campos Azevedo e Reinaldo	Editora Ática	São Paulo

<sup>3</sup> Dados Estatísticos: PNLD 2019. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>>. Acesso em: 06 Jul. 2022.

	Seriacopi		
Vontade de saber (2015)	Marco César Pellegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg	Editora FTD	São Paulo
Piatã (2015)	Vanise Maria Ribeiro e Carla Maria Junho Anastasia	Editora Positivo	Curitiba

**Fonte:** Coleções didáticas (FERREIRA, 1997; MOCELLIN, 1997; SCHIMDT, 1999; MONTELLATO; CABRINI; CATELLI, 2004; MELLO; COSTA, 2006; PILETTI; PILETTI; TREMONTE, 2009; BRAICK, 2011; AZEVEDO; SERIACOPI, 2013; PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2015; RIBEIRO; ANASTASIA, 2015).

As coleções detalhadas acima foram publicadas entre 1997 e 2015. Esse recorte se justifica por abarcar produções didáticas que abrangem quase 20 anos de atuação do PNLD, desde seus primeiros anos de vigência até anos mais recentes, o que possibilita analisar possíveis mudanças ao longo de um período de tempo significativo das políticas públicas vigentes referentes ao livro didático. Em nossa análise acionamos o conceito de *Representação* de Roger Chartier (1990) para entender quais perspectivas são acionadas para narrar o período colonial e os seus agentes, o conceito de *Discurso* de Mikhail Bakhtin (2006) para alcançar sentidos que ultrapassam as fontes a partir de múltiplas leituras e do contexto sócio-histórico, e o conceito de *Análise de conteúdo* de Lawrence Bardin (2011) para inferir os significados imediatos, assim como também as mensagens não evidenciadas e ocultas.

Acreditamos que a presente discussão seja fundamental para a reflexão da atuação e formação docente no que abarca a utilização do livro didático, que figura como uma das ferramentas pedagógicas mais utilizadas por professores/as. Logo, mensurar as potencialidades e limites da literatura didática é indispensável para utilizá-la de forma eficiente nas salas de aula. Além disso, no que diz respeito especificamente ao ensino de história é fundamental que o/a professor/a considere as diversas narrativas presentes nos livros didáticos para que ocorra a problematização com os/as alunos/as das diversas interpretações de um acontecimento histórico, aspecto intrínseco a reflexão histórica.

### **Ciclos econômicos e a narrativa didática colonial**

Por meio do estudo realizado constatamos que as coleções didáticas estudadas acionam ao abordar a narrativa colonial, entre uma mescla de perspectivas, preponderantemente a teoria dos ciclos econômicos. Além disso, verificamos que o bandeirante possui um encargo fundamental na cadeia de eventos colonial, pois, é este personagem que permite a transição entre o ciclo do açúcar e o aurífero.

Nesse sentido, é a partir do movimento bandeirante que os autores encaminham dois outros processos: a expansão territorial e o início da economia aurífera. Essa interpretação, nos remete a um aspecto importante, pois aponta que a narrativa didática ainda utiliza como linha explicativa para o período colonial a teoria dos ciclos econômicos,

e mais que isso, utiliza para isso a figura bandeirante. É importante ressaltar que percebemos na literatura didática uma mescla de teorias e perspectivas, entre as quais se acrescenta a perspectiva dos ciclos econômicos<sup>4</sup>.

Essa abordagem é devedora de uma vertente historiográfica que aponta a ausência de uma dinâmica colonial própria, a metrópole neste caso é quem conformaria a estrutura de funcionamento da colônia (SILVA, 2012). Essa perspectiva foi esboçada por Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Fernando Novais, que percebiam a economia da colônia, como:

[...] periferia do capitalismo, onde não são usados métodos tão característicos do modo de produção capitalista, mas que tem como objetivo a extração do excedente para que se financie a acumulação de capital das metrópoles. As colônias, portanto, apresentavam grande poder geopolítico, e sua ocupação deu-se por questões de comércio externo (SILVA, 2012, p. 13).

Deste modo, os autores responsáveis por esta corrente, percebem que o funcionamento econômico colonial depende das demandas do mercado externo. Assim a produção brasileira se subordinava às carências metropolitanas, sendo essa dinâmica responsável pelos ciclos econômicos ao longo da história do país. Novamente, percebemos aqui a influência da interpretação pradiana na narrativa didática, como salienta Souza (2006, p. 175-176), Caio Prado e os autores que seguiriam seu trabalho, apontam que a economia colônia seria determinada pela “contínua transferência de excedente econômico para o capital mercantil metropolitano através da produção e exportação de produtos tropicais”. Assim, como esta vertente, a narrativa encaminhada pelos livros didáticos continuamente aponta uma dinâmica determinada pelo mercado externo.

Acreditamos que a linha interpretativa baseada nos ciclos econômicos estrutura o período colonial nos livros didáticos, que dispõem o referido conteúdo baseados nas diferentes fases de exploração da colônia brasileira: primeiro esboça-se a dinâmica da extração do pau brasil, em seguida a economia açucareira, depois do esgotamento desta e com a ação bandeirante, a descoberta das minas de ouro e, por fim, se apresenta a economia cafeeira.

## **Análise das coleções didáticas**

A partir das considerações anteriores interessa analisar como a literatura didática organiza, através do prisma econômico, as três primeiras fases produtivas que fazem

---

<sup>4</sup> Alice Canabrava aponta que o primeiro estudo sobre a teoria dos ciclos que se destacou, foi a obra *Épocas de Portugal Econômico* de João Lúcio de Azevedo. Esta contribuição influenciaria os estudos subsequentes, como as obras de Roberto Simonsen, Caio Prado Jr., e Celso Furtado.

Ver: Cf. CANABRAVA, Alice. Roteiro Sucinto do Desenvolvimento da Historiografia Brasileira. In: I SEMINÁRIO DE ESTUDOS BRASILEIROS, Anais do I seminário de estudos brasileiros, vol. 2, São Paulo: IEB/USP, 1972, p. 4-9.

parte do período colonial brasileiro. Abaixo realizamos o mapeamento de dez coleções didáticas para analisar como os autores através da organização dos capítulos estruturam a narrativa colonial:

**Tabela 2** – Mapeamento dos capítulos referentes ao período colonial.

<b>Coleção</b>	<b>Capítulos (período colonial)</b>	<b>Capítulos (período colonial)</b>	<b>Capítulos (período colonial)</b>	<b>Capítulos (período colonial)</b>	<b>Capítulos (período colonial)</b>	<b>Capítulos (período colonial)</b>	<b>Capítulos (período colonial)</b>
<b>História (1997)</b>	Brasil: o açúcar foi a solução	O trabalho escravo construindo o Brasil	Os senhores do Brasil	Mercantilismo, receita para a riqueza	Portugal apertou o laço	Brasil, o século dourado	A sociedade do ouro: riqueza e conflitos
<b>Para compreender a história (1997)</b>	A América quando da chegada dos europeus	O Brasil no processo de Expansão Mercantil europeia	Negro: mãos e pés do Brasil	Estudo de caso: Os quilombos	O Nordeste açucareiro	A expansão territorial	Estudo de caso: a mineração e a pecuária no Sul do Brasil
<b>Nova história crítica (1999)</b>	O sistema colonial	O escravismo colonial	A civilização do açúcar	A América espanhola	A revolução científica	Expandindo o Brasil	-
<b>História Temática (2004)</b>	Conflito, dominação e resistência	Ocupar, dominar e colonizar	Fragmentos da vida colonial no Brasil	-	-	-	-
<b>Construindo consciências (2006)</b>	O início da colonização no Brasil	O açúcar e a colonização do Brasil	Os rivais de Portugal no Brasil	Ocupação e expansão territorial no Brasil	A exploração do ouro e diamantes no Brasil	-	-
<b>História e vida integrada (2009)</b>	A chegada dos portugueses ao continente americano	A exploração do pau-brasil	A riqueza e a miséria do açúcar	A escravidão	A sociedade açucareira	A colônia em expansão	O ouro da Gerais
<b>Estudar História (2011)</b>	A conquista e a colonização da América portuguesa	O nordeste Açucareiro	A expansão da América portuguesa	A mineração no Brasil	-	-	-
<b>Projeto</b>	Os	Africanos	A	Expansão	Em busca	-	-

<b>Telaris (2013)</b>	indígenas e o começo da colonização	na colônia portuguesa	sociedade do açúcar	territorial no Brasil colônia	do Ouro		
<b>Vontade de saber (2015)</b>	A colonização na América portuguesa	A expansão das fronteiras da Colônia portuguesa (Bandeirismo e mineração)	-	-	-	-	-
<b>Piatã (2015)</b>	Portugueses no Brasil	A colônia enriquece a metrópole	Sociedade colonial	Formação do território colonial e expansão da colonização portuguesa	Eldorado: opulência e miséria nas minas	-	-

**Fonte:** Coleções didáticas (FERREIRA, 1997; MOCELLIN, 1997; SCHIMDT, 1999; MONTELLATO; CABRINI; CATELLI, 2004; MELLO; COSTA, 2006; PILETTI; PILETTI; TREMONTE, 2009; BRAICK, 2011; AZEVEDO; SERIACOPI, 2013; PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2015; RIBEIRO; ANASTASIA, 2015).

De acordo com a tabela acima, percebemos que a maioria dos capítulos pertencentes ao período colonial, fazem alusão à conquista portuguesa e à economia colonial, representada pelo açúcar e pelo ouro. Desta forma, já na estruturação dos capítulos percebe-se que a narrativa colonial se firma sobre a dimensão econômica. A narrativa desenvolvida pelas coleções corrobora essa afirmação, já que a trama didática colonial se desenvolve através das fases produtivas do país. É o potencial econômico das novas terras, a principal motivação elencada nas explicações para a colonização da América portuguesa. É este interesse que conduzirá a colonização da América portuguesa, concretizada pelos ciclos econômicos.

Inicialmente, com a extração do pau-brasil, a colonização e ocupação se dará a passos lentos, pois esta atividade não exigia a efetiva povoação do território. Já com o empreendimento açucareiro, o panorama de colonização muda e a ocupação do território se concretiza. Com o declínio da exportação do açúcar, a metrópole se esmerou em estabelecer outra atividade colonial lucrativa, e com isso, a crença sempre presente da existência de ouro nas terras portuguesas se intensificou e a procura por essas riquezas também. A ambição da coroa portuguesa foi concretizada pelos bandeirantes, que em suas andanças também promoveriam a expansão do território brasileiro. Desta forma, os bandeirantes, na narrativa didática, ocupam dois papéis: o primeiro refere-se à descoberta dos metais preciosos, o que permite a transição de um ciclo produtivo para

outro no encadeamento narrativo. Por fim, o movimento desbravador desses personagens também explica a expansão e povoação do território. A fim de aprofundar este entendimento, analisaremos cada coleção individualmente.

Na **Coleção História**, de 1997, o período colonial é introduzido através de um encadeamento de ações que levaram a colonização brasileira. Inicialmente, este processo se inaugura com a premissa de que “Portugal decidiu povoar o Brasil” (FERREIRA, 1997, p. 79), o que delega a metrópole portuguesa o protagonismo da ação e a decisão do futuro da nação. Nesse sentido, a narrativa encaminha que Portugal se interessou pelo Brasil por suas potencialidades econômicas, pois se as posses espanholas eram pródigas em gerar lucros, a recém conquistada colônia também haveria de proporcionar riquezas similares.

Contudo, o texto direciona que sem a imediata descoberta das reservas de metais preciosos, a saída foi o açúcar, que proporcionou grande lucros à monarquia bragantina. A partir deste momento toda a narrativa gira em torno da empresa açucareira, que “pagou todas as despesas” da colonização (FERREIRA, 1997, p. 80). Nas próximas páginas do livro, nos deparamos com um capítulo dando conta do início da economia aurífera, causada pela crise do açúcar. Segundo a narrativa, com a crise do açúcar, a metrópole se interessou cada vez mais pela possibilidade da existência de riquezas minerais na colônia, crença sempre presente no imaginário português. Já na primeira coleção analisada uma sequência de acontecimentos já é perceptível. Em primeiro lugar há a decisão portuguesa de efetivamente colonizar o Brasil, depois se inicia atividade açucareira, com a decadência desta, há a extração aurífera.

Por conseguinte, na **Coleção para compreender a história**, de 1997, a exposição da narrativa colonial aborda inicialmente os objetivos econômicos do reino português com a colonização das terras brasileiras (MOCELLIN, 1997, p. 31). Na continuidade, a narrativa divide o período colonial em algumas fases produtivas. A primeira fase mencionada é a extração do pau brasil, que ainda marcaria o período pré-colonial e o pouco interesse metropolitano pelas terras recém-descobertas.

Assim, o outro marco do período colonial destacado é “A solução açucareira”, e os lucros trazidos por essa economia, assim como também o seu caráter monocultor. Nesse sentido, o autor também assevera que a sociedade da época se moldava a esfera econômica (MOCELLIN, 1997, p. 59). Depois da explanação sobre a economia açucareira, a narrativa se detém sobre a mineração, onde se esmiúça todos os aspectos ligados a essa atividade, o que nos sugere que a narrativa, assim como aconteceu com a extração do pau-brasil e a agricultura do açúcar, escolhe realizar a exposição do período colonial tendo como ponto de partida as atividades econômicas adotadas. Percebemos que mais uma vez, a perspectiva adotada é pertencente a uma vertente da história econômica predominante no século XX, esta expunha que “a dinâmica socioeconômica do Brasil

colonial foi ditada pela lógica de funcionamento do sistema econômico europeu” (FAGUNDES; BORGES, 2018, p. 143).

Ademais, esta relação entre o período colonial e uma dinâmica de exploração voltada e determinada pelo mercado externo é realizada em todas as coleções estudadas, seja citando os autores responsáveis por tal argumento, ou simplesmente parafraseando tais historiadores. Neste sentido, percebemos que muitos dos argumentos utilizados pelos autores didáticos advêm de uma interpretação historiográfica da colonização inaugurada por Caio Prado Júnior, que por sua vez se vincula às teorias marxistas. Como salienta Teixeira, “Caio Prado Jr. foi pioneiro na aplicação do materialismo histórico a realidade brasileira” (TEIXEIRA, 2006, p. 540). Na obra ‘*O capital*’ (2011), Marx deixa bem claro a participação da descoberta do novo mundo na acumulação primitiva do capital:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva (MARX, 2011, p. 998).

Desta forma, as colônias, embora não estivessem inseridas no sistema capitalista, irão ter papel central em processos de acumulação de capital que permitiram a expansão do capitalismo. É partindo desta premissa que Caio Prado Jr. (1961) insere a colônia brasileira no processo de formação do capitalismo, apontando que o sentido da colonização brasileira era a exploração encaminhada pelo sistema econômico europeu:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 25-26).

Como o excerto expõe, a visão que seria inaugurada por Caio Prado, e de certa forma incorporada às perspectivas de Celso Furtado (2000) e principalmente de Fernando Novais (1977), aponta que o sentido da nossa história colonial seria a exploração voltada e moldada pelo mercado externo. Esta interpretação se desdobrará na literatura didática e será predominante entre a mescla de teorias apresentadas.

Nesse ínterim, a **Coleção Nova história Crítica** de 1999, também estrutura a história colonial de acordo com as fases produtivas do país. Como de praxe, o autor demarca que o primeiro interesse dos portugueses nas novas terras eram as riquezas minerais. Como esse objetivo não foi concretizado, a colonização se limitou a retirada de pau-brasil. Nesse sentido, a narrativa esmiúça a empresa açucareira que, segundo o autor, foi o motivo pelo qual os portugueses colonizaram o Brasil, já que a região nordestina apresentava todas as facilidades para essa agricultura. Ressalta-se que é a partir da



atividade açucareira que a sociedade colonial e todos os seus aspectos são detalhados, o que demonstra a narrativa colonial é concatenada pelos ciclos econômicos.

Ademais, depois de esmiuçar os detalhes da economia açucareira e os acontecimentos que dela decorreram, o autor decorre sobre a crise do açúcar. Após tais encaminhamentos, a narrativa segue para o descobrimento de ouro e diamantes, fato que ocasionou o início de uma nova fase econômica: a exploração aurífera.

Nossa incursão continua na **Coleção História Temática**, de 2004, que embora escolha abordar os conteúdos históricos por eixos temáticos, segue o mesmo percurso das coleções anteriores, visto que narra a história colonial através da temática econômica. Ao tratar sobre o período colonial, os autores expõem a ocupação, dominação e colonização portuguesa nessa parte da América, onde todas essas ações visavam criar uma estrutura econômica que gerasse lucros (MONTELLATO; CABRINI; CATELLI, 2004, p. 107). Nesse sentido, o primeiro produto explorado a dar lucros foi o pau-brasil, atividade apontada como a primeira relação econômica da colônia.

Ademais, algumas páginas adiante, a narrativa apresenta a produção do açúcar, apontado como “o primeiro artigo colonial produzido em grande escala”. Desta forma, se deixa claro que era para a produção do açúcar que todos os recursos coloniais estavam voltados, em uma economia dedicada ao mercado externo. Seguindo a narrativa, os autores informam que o declínio da demanda externa em relação ao açúcar faz com que a metrópole volte a ansiar pelas riquezas minerais, já que “encontrar metais e pedras preciosas sempre foi o sonho dos primeiros exploradores que chegaram a América” (MONTELLATO; CABRINI; CATELLI, 2004, p. 131).

A seguir o texto didático demarca que após a descoberta do ouro, a colônia se debruçaria em outra fase econômica: a extração do ouro. Logo, todos os eventos detalhados na narrativa se relacionam a esta atividade econômica, que se esgota ainda no final do século XVIII. Por fim, a narrativa encaminha que “a riqueza produzida com a atividade aurífera, por sua vez, proporcionaria capital para investimento em um novo produto agrícola, o café” (MONTELLATO; CABRINI; CATELLI, 2004, p. 132). Com isto, a narrativa sintetiza as riquezas advindas da colônia resumidas em três ciclos econômicos; o açúcar, o ouro e o café. Percebemos, pelas análises realizadas nesta coleção, que repetidamente a perspectiva escolhida para delinear o período colonial é a econômica, mesmo quando a proposta da coleção é pela história temática, esta se adequa a temática da economia colonial. Como em outras coleções, a estrutura econômica exposta é devedora da interpretação da vertente inaugurada por Caio Prado em que o sentido da colonização é uma “economia voltada à produção para o mercado europeu” (SAES, 2009, p. 189).

Em conformidade com a análise até agora esboçada, a **Coleção Construindo Consciências**, de 2006, estrutura o período colonial baseado nos ciclos econômicos. No início do texto didático referente a colônia se ressalta que Portugal decidiu povoar o

Brasil. Aqui, como em grande parte das narrativas didáticas, como afirma Mauro Cezar Coelho (2017, p. 185-202), o protagonismo da narrativa é delegado ao português, os personagens coloniais são coadjuvantes em um “processo pensado e concretizado pelos portugueses à revelia dos demais agentes”. Essa conjuntura acaba prevalecendo nas narrativas didáticas, apesar da progressiva inserção de uma perspectiva crítica. Nesse sentido, a memória histórica, devedora de perspectivas já ultrapassadas, ainda se sobrepõe na interpretação didática da colonização brasileira.

Além disso, seguindo o costumeiro curso das ações, a economia do açúcar é iniciada quando Portugal não realiza seu principal objetivo: a descoberta do ouro. Por conseguinte, a narrativa aborda o mercantilismo, ou seja, a necessidade europeia de explorar as matérias primas das colônias para manter a balança comercial favorável (MELLO; COSTA, p. 163). Os autores se aprofundam nesse aspecto ao discorrer sobre os motivos que elegeram o açúcar como produto indicado para comercializar com a metrópole.

Com a crise do açúcar e a necessidade da Coroa Portuguesa de encontrar uma nova atividade rentável, há um incentivo da procura por ouro e outras riquezas minerais. Com a concretização de objetivo, se inicia uma nova fase produtiva na colônia. No decorrer de nossas análises, fica evidente a perspectiva preponderantemente econômica adotada pelas coleções didáticas. A presente escolha narrativa talvez se deva à importância que a discussão econômica teve na historiografia na segunda metade do século XX. Como salienta Ronaldo Vainfas (2010, p. 225), desde a década de 1950 a academia esteve tomada pelas teorias marxistas, e autores como Caio Prado Jr. e Celso Furtado pesquisavam “as raízes socioeconômicas de nosso atraso”. É indiscutível que essa linha interpretativa foi superada pela academia, mas o mesmo parece não ter acontecido com o saber histórico escolar que ainda escolhe seguir essa perspectiva.

A **Coleção História e vida integrada**, publicada em 2009, segue os mesmos rumos das anteriores, ou seja, estrutura o período colonial com base em suas etapas produtivas. Como de praxe, os autores iniciam o conteúdo indicando a extração do pau Brasil como “a primeira atividade econômica da nova colônia portuguesa na América” (PILETTI; PILETTI; TREMONTE, 2009, p. 154). Os autores relatam que esta atividade definiu o ritmo dos primeiros anos de colonização, já que a extração de madeira “não exigia que os europeus se fixassem na América” e, portanto, a ocupação do território não aconteceria até 1530 (PILETTI; PILETTI; TREMONTE, 2009, p. 155). Percebe-se que segundo os autores foram os interesses econômicos portugueses que guiaram a formação do que viria a ser o Brasil, ou seja, enquanto a exploração realizada não exigisse a fixação no território, este não seria ocupado, por outro lado, quando a agricultura requeresse presença constante, o povoamento começaria. Tal perspectiva acaba sendo apontada em todas as coleções estudadas, fazendo com que a esfera econômica seja o elemento chave das ações narradas na literatura didática.

Em seguida, o texto se concentra em torno da economia do açúcar, onde os autores destacam a transição da atividade extrativista de madeira para a agricultura:

Lembremos que não foi encontrado imediatamente ouro nessas terras, restando outra atividade econômica: a agricultura – além do extrativismo vegetal do pau-brasil [...] Entre as alternativas existentes, a escolhida foi a produção de cana-de-açúcar. O açúcar era produto muito valorizado na Europa (PILETTI; PILETTI; TREMONTE, 2009, p. 171).

Em relação ao trecho acima, alguns pontos merecem atenção, primeiro assinala-se que depois do pau-brasil, a metrópole portuguesa se dedicou ao investimento na agricultura. Esse encaminhamento já divide os primeiros tempos de colonização em duas fases econômicas. Destaca-se também a ressalva de que outra atividade econômica apenas foi cogitada pela ausência de ouro e pedras preciosas na colônia, desta forma, a agricultura apenas encontrou espaço pela ausência do primeiro interesse econômico metropolitano. Por fim, percebamos que entre as opções disponíveis para agricultura, o açúcar foi escolhido pela boa recepção no mercado externo. Assim, os empreendimentos realizados na colônia eram determinados por interesses alheios a ela, sempre advindos da metrópole ou do mercado europeu.

Neste sentido, na sequência os autores narram a transição do açúcar para a economia aurífera, já que “com a decadência dos negócios açucareiros e a diminuição dos lucros na colônia americana [...] a descoberta de jazidas de ouro no final do século XVII foi fundamental para o início de novas atividades lucrativas na colônia” (PILETTI; PILETTI; TREMONTE, 2009, p. 10). Com isso, deixa-se claro que a descoberta de ouro permitiu que uma nova atividade se estabelecesse na colônia, já que o empreendimento açucareiro se encontrava em decadência.

A partir de tais constatações, importa-nos perceber como os autores organizaram a narrativa no que se refere ao período colonial: primeiro, dispõe-se um capítulo sobre a extração do pau-brasil como primeira atividade econômica. Depois aciona-se um capítulo sobre a economia açucareira, esta surge pela necessidade de garantir a posse do território e pela falta da descoberta de ouro e pedras preciosas. Em seguida, encaminha-se uma unidade sobre a expansão territorial e a descoberta do ouro, onde os bandeirantes foram os protagonistas. Com tais precedentes, se inaugura um capítulo sobre a economia mineradora. Desta forma, toda a narrativa segue um rumo em que os marcos fundamentais são as fases econômicas. Esta narrativa, assim como as outras coleções, segue a interpretação pradiana onde o sentido da colonização estaria em “produzir e oferecer gêneros tropicais complementares à economia europeia” (FAGUNDES; BORGES, 2018, p. 144).

Não obstante, a **Coleção Estudar a História** (2011) segue o mesmo roteiro das coleções já estudadas, isto é, a trama colonial é determinada pelos ciclos econômicos. Como de costume, o início da exposição da colônia brasileira é marcado pela extração do pau-brasil, onde se ressalta que apesar do pouco interesse nas terras americanas nos

primeiros anos de 1500, a exportação de pau-brasil se estabeleceu. Com isto, a autora evidencia a primeira atividade econômica do período colonial.

Por conseguinte, remete-se como em outras coleções à economia açucareira e seus desdobramentos, assim as vantagens da escolha da agricultura do açúcar pela coroa portuguesa, pois:

Até aquele momento os portugueses ainda não haviam localizado ouro ou pedras preciosas em terras americanas. Diante dessa situação, o governo de Portugal optou pelo cultivo da cana-de-açúcar. Nessa época, o açúcar era um produto muito valorizado no comércio internacional (BRAICK, 2011, p. 246).

Como se percebe no trecho acima, a escolha pelo açúcar foi motivada pela falta de descobertas de riquezas minerais, principal objetivo português nas terras americanas. Além disso, a escolha por esta atividade também foi fruto da demanda externa ao produto, logo, a produção colonial se moldava aos interesses europeus. Depois de tais considerações, a autora discutirá as características da sociedade criada pelo açúcar: “A economia açucareira criou no Brasil uma sociedade desigual, violenta e autoritária” (BRAICK, 2011, p. 249). De acordo com tal frase, quem moldou esta sociedade foi a economia do açúcar, logo, era em torno dessa atividade que a colônia girava.

Posteriormente a economia do açúcar, se destaca a economia aurífera, que se transformou na fonte de lucros da coroa portuguesa depois da tão aguardada descoberta do ouro, pois, “o desejo de encontrar metais preciosos moveu os exploradores ibéricos desde o início da colonização” (BRAICK, 2011, p. 31). Nessa lógica, a agricultura açucareira somente prosperou pela ausência do principal objetivo português: a descoberta de riquezas minerais, que foi concretizada pelos bandeirantes.

Interessa-nos perceber que, assim como o resto das coleções estudadas, a estrutura desta narrativa colonial segue a mesma lógica: os ciclos econômicos. Já no começo da explanação se sugere a exclusiva motivação econômica da metrópole na colonização das novas terras, processo que segue os rumos firmados pelos diferentes tipos de exploração que foram encaminhados. Primeiramente, ainda nos primeiros anos de colonização houve uma ocupação irrisória, pois, a extração de pau-brasil não exigia fixação no território. Depois, com a agricultura do açúcar, houve a afetiva povoação das terras portuguesas, pois a atividade agrícola assim demandava. Com o esgotamento do empreendimento do açúcar, outra exploração rentável se fazia necessária e a procura pelo ouro aumentou, a descoberta das riquezas foi feita pelos bandeirantes que, no processo, também expandiram o território colonial. Observemos que, segundo a narrativa, todos os processos coloniais são associados à exploração encaminhada pela metrópole, é através dos ciclos econômicos que a trama colonial se desenvolve.

À vista disso, indicamos que a **Coleção Projeto Teláris** de 2013, corrobora os entendimentos até aqui esboçados, ou seja, que a exposição do período colonial é estruturada pelas fases produtivas. Os autores iniciam a narrativa com a exploração do pau-brasil, que é destacada como a primeira atividade econômica da colônia. Em seguida,

há a explanação da economia do açúcar com o destaque para os motivos que fizeram com que esta agricultura fosse escolhida. O texto didático enfatiza que a escolha do açúcar aconteceu porque “era um produto com alto valor comercial na Europa” (AZEVEDO; SERIACOP, 2013, p. 176). Desse modo, segundo os autores foi o mercado externo que exerceu grande peso para o empreendimento, além da ampla experiência metropolitana com este gênero, já cultivado em outras colônias portuguesas.

Além disso, há uma longa exposição sobre os aspectos da organização social do período, esta era determinada pela atividade econômica açucareira: “o engenho era o centro da vida econômica. O senhor da propriedade e sua família, pequenos proprietários, escravos, trabalhadores livres [...], todos enfim estavam ligados de forma direta ou indireta ao engenho” (AZEVEDO; SERIACOP, 2013, p. 179). Neste sentido, segundo a narrativa, era a esfera econômica que determinava e moldava as relações sociais na colônia.

A seguir, outra fase econômica é apresentada com a descoberta do ouro, que passaria a ser o centro da vida colonial. A narrativa destaca que a “notícia aguardada há tempos pelo governo português se tornou realidade: havia ouro na América” (AZEVEDO; SERIACOP, 2013, p. 219). A descoberta de metais e pedras era a primeira prioridade desde os primeiros anos da conquista, outras atividades apenas se estabeleceram pela falta de concretização deste desejo. Depois da descoberta do ouro pelos bandeirantes, se inicia um novo ciclo de exploração.

Resta-nos perceber que nesta narrativa, assim como nas analisadas anteriormente, se estabelece um padrão narrativo definido pelos ciclos econômicos, a exploração do pau-brasil, do açúcar e do ouro se sucede em capítulos e tópicos, alinhando em torno dessas atividades todos os outros aspectos do período colonial. Essa escolha narrativa se coaduna com a linha interpretativa que concebe “a colônia como uma sociedade cuja estrutura e funcionamento foram determinados pelo comércio externo” (TEIXEIRA, 2006, p. 540.), estabelecida por Caio Prado Jr. e seguida por Celso Furtado, que explana que a colônia portuguesa era “parte integrante da economia reprodutiva europeia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu” (FURTADO, 2000, p. 5).

A **Coleção Vontade de Saber**, de 2015, também estrutura a narrativa sobre o período colonial utilizando os ciclos econômicos. Os autores iniciam a explanação sobre a colônia explicitando que “o pau-brasil foi o produto que mais interessou aos europeus no início da exploração do território, por conta deste tipo de exploração, os portugueses demonstraram pouco interesse em ocupá-lo” (PELLEGRINI; MACHADO; GRINBERG, 2015, p. 234). Segundo a narrativa, a ocupação do território se moldava aos interesses econômicos portugueses. Depois da explanação sobre a exploração de pau-brasil, os autores narram que “interessados nas riquezas americanas e preocupados com a

presença de outros europeus, os portugueses iniciaram a colonização do território” (PELLEGRINI; MACHADO; GRINBERG, 2015, p. 236).

Logo após há a inserção da economia açucareira, onde os autores buscam detalhar toda a atividade açucareira, como a produção do produto e a mão de obra utilizada em sua fabricação. Com isso, é importante observar que mesmo sem maiores aprofundamentos, a produção do açúcar ainda é um aspecto importante na narrativa, encaminhado depois da exposição sobre a exploração do pau-brasil, seguindo o mesmo padrão narrativo das outras coleções.

Além disso, um novo ciclo econômico teve início quando “a notícia de ouro no interior da colônia se espalhou rapidamente e atraiu muitas pessoas para a região das minas” (PELLEGRINI; MACHADO; GRINBERG, 2015, p. 262). Assim, com a grande demanda de exploradores ávidos por encontrar ouro, a coroa portuguesa organizou a administração e controle da exploração das riquezas recém-encontradas, estabelecendo uma nova empresa exploratória na colônia. Pela análise empreendida, podemos perceber que a estrutura narrativa ainda segue os mesmos padrões narrativos das outras coleções, ou seja, primeiro se encaminha a exploração do pau-brasil, depois o cultivo do açúcar e, finalmente a economia aurífera.

Por fim, a **Coleção Piatã**, de 2015, seguiu as anteriores ao eleger os ciclos econômicos como arcabouço da trama colonial. As autoras já nas primeiras linhas sobre a temática colonial salientam que “as nações que empreenderam grandes navegações no século XV buscavam vantagens econômicas [...] Queriam encontrar mercadorias para revender a preços altos na Europa. Sonhavam também em descobrir ouro e pedras preciosas” (RIBEIRO; ANASTASIA, 2015, p. 195). Vemos, nesse excerto, o resumo do que irá se desenhar no restante do texto, ou seja, que a colonização foi movida e moldada por interesses econômicos. Sendo a procura por grandes riquezas o que impulsionava este movimento, a não imediata descoberta de tais quinhões fez com que, nos primeiros anos, as terras ficassem abandonadas. Nesse período, “praticamente o único produto que despertou o interesse dos portugueses: [foi] o pau-brasil” (RIBEIRO; ANASTASIA, 2015, p. 195).

A seguir, a narrativa expõe que “as atividades produtivas implantadas pelos portugueses no Brasil no período colonial estavam direta ou indiretamente relacionadas ao mercado externo” (RIBEIRO; ANASTASIA, 2015, p. 206). Aqui, há a clara afirmação de que as atividades realizadas na colônia estavam submetidas ao mercado externo. Na continuidade da explanação, se retoma este ponto, com a exposição de que “o açúcar, naquela época, era uma mercadoria cara que encontrava um crescente mercado consumidor na Europa” (RIBEIRO; ANASTASIA, 2015, p. 207). Assim, se estabelece na narrativa que a economia colonial e seus produtos, nesse caso a atividade açucareira, dependia das condições apresentadas pelo mercado externo.

Mais adiante, o texto faz referência a crise da produção do açúcar e a tentativa de a metrópole portuguesa encontrar outra atividade lucrativa:

Na América colonial portuguesa dos séculos XVI e XVII, a produção do açúcar foi a atividade econômica mais lucrativa [...] se tornou menos lucrativo até entrar em decadência”. Com a descoberta das minas de ouro e diamantes, no século XVII, a Coroa portuguesa encontrou outro rentável meio de exploração (RIBEIRO; ANASTASIA, 2015, p. 25).

No excerto a narrativa anuncia o fim da produção açucareira e o início da descoberta das riquezas minerais. Trata-se de uma relação já vista em todas as coleções anteriores, visto que os autores percebem o período colonial como uma sucessão de ciclos econômicos, estes lineares e subsequentes. Portanto, indicamos as permanências ensejadas pela coleção, que seguiu pelos mesmos caminhos das outras nove fontes analisadas, já que a estrutura da narrativa colonial teve como base os ciclos produtivos do período colonial, assim como foram tais marcos que serviram como pano de fundo para o trato de outros temas, como sociedade e a cultura. A narrativa seguiu uma lógica periódica e linear que teve como eixos estruturantes os ciclos econômicos.

## O bandeirante e os ciclos econômicos

A presença dos bandeirantes na cadeia de eventos coloniais se relaciona a dois acontecimentos; primeiro, são estes os sujeitos responsáveis pela descoberta de ouro e pedras preciosas, com isso, nas narrativas didáticas são os responsáveis pelo início de uma nova atividade econômica: a extração de metais e pedras preciosas. Além disso, os sertanistas também figuram como os agentes desbravadores do território brasileiro, consequência da incansável busca por riquezas minerais.

É indispensável salientar que embora a historiografia recente através de nomes como John Monteiro (1994), Kátia Abud (1985), Celso Ferreira (2002), Danilo Ferretti (2004) e Thaís Waldman (2018) tenha revisto e problematizado a representação heroica do bandeirante e a memória consolidada por esse personagem, a literatura didática parece não ter seguido os mesmos passos, já que como indica Manuel Pacheco (2002) os livros didáticos ainda associam ao bandeirante a imagem de herói brasileiro, atenuando ou até apagando as contradições e violências perpetradas pelo movimento sertanista aos povos indígenas e africanos.

As coleções analisadas corroboram com a constatação anterior ao ressaltar as conquistas e contribuições bandeirantes, entre as quais se destacam a descoberta das riquezas minerais e, conseqüentemente as condições necessárias para uma nova fase de exploração na colônia portuguesa. Como ilustra a **coleção História (1997)**, os bandeirantes são destacados como executores da descoberta de ouro e pedras preciosas:

Afinal, se alguém tivesse de descobrir ouro no Brasil, esse alguém teria de ser o bandeirante. Ninguém conhecia melhor o interior do Brasil. Ninguém tinha mais

experiência e coragem para enfrentar os perigos de expedições tão arriscadas. [...] Os esforços e a persistência valeram a pena: vieram carregados de ouro (FERREIRA, 1997, p. 177).

No trecho acima, o autor afirma a competência dos sertanistas no desbravamento dos sertões, além de julgá-los detentores de experiência, coragem e persistência. Tais adjetivos mostram a qualificação positiva denotada a este personagem na narrativa, que além de não demonstrar nenhuma problematização das ações realizadas pelos sertanistas, descreve as habilidades e qualidades de tais personagens, os únicos capazes da proeza da descoberta das minas.

Demarcamos, também, que a exposição sobre os bandeirantes é encaminhada no capítulo sobre a economia aurífera. Estes personagens são apresentados como os responsáveis pelo início dessa nova fase econômica, pois, graças ao empenho do grupo, os metais e pedras preciosas foram encontradas. É com esta exposição que se encerra os tópicos sobre a economia açucareira e se inicia a explanação sobre a exploração do ouro.

Na **Coleção Para compreender a história**, de 1997, também são os bandeirantes os responsáveis pelo início da economia aurífera. O autor enumera os diversos acontecimentos que permitiram o sucesso na procura de ouro pelos bandeirantes. Com isso, a narrativa cita grandes nomes do sertanismo que com suas proezas concretizaram a grande ambição portuguesa de descobrir riquezas minerais em sua colônia. Assim, segue-se uma ordem linear e factual, destacando as conquistas bandeirantes no processo de descobrimento das minas, além da expansão e povoamento do sertão (MOCELLIN, 1997, p. 80).

Outrossim, a narrativa também ressalta as atividades sertanistas, como a caça aos índios e busca de ouro, como fundamentais para o desbravamento e ocupação territorial, assim como também, a antiga e sempre presente esperança portuguesa de encontrar ouro nas terras brasileiras, que apenas foi concretizada pelos bandeirantes. É fundamental frisar também que assim como na coleção anterior, a temática bandeirante aparece para explicar a transição entre a economia do açúcar e a mineradora. Assim, a atividade sertanista atua como um elemento de ligação entre estes dois ciclos econômicos.

Na **Coleção Nova história Crítica**, de 1999, a economia aurífera também é desencadeada pelos sertanistas paulistas, que também são apontados como os responsáveis pela atual conformação do território brasileiro. Embora o bandeirante seja acusado por diversas ações questionáveis em relação aos indígenas, o personagem também é apontado como o descobridor das minas de ouro e diamantes. Seria o início de uma nova era na história colonial: o século do ouro. Inferimos a partir de tais apontamentos que, apesar de toda a caracterização negativa feita do bandeirante na narrativa, este ainda inaugura outra fase na história brasileira: a economia aurífera.

Ademais, na **Coleção História Temática**, os autores também seguem o encaminhamento de apontar o bandeirante como o descobridor das riquezas minerais,



embora se diferencie das outras coleções ao se furtar em considerar o bandeirante como autor do desbravamento territorial brasileiro.

Outrossim, é fundamental destacar que esta coleção estabelece uma sólida relação entre a ação bandeirante de descoberta de ouro e diamantes e o início da economia aurífera, pois, os “ricos veios de ouro só foram descobertos na segunda metade do século XVII, quando bandeirantes chegaram ao atual estado de Minas Gerais”, neste ponto, iniciava-se outra grande produção voltada ao mercado externo” (CABRINI; CATELLI, 2004, p. 131). Como se percebe o sertanismo ainda é usado como elo de ligação entre dois ciclos econômicos, já que são os sucessos exploratórios dos bandeirantes que permitem a colônia transitar da crise açucareira para a abundância aurífera.

Na **Coleção Construindo Consciências**, os autores seguem estabelecendo uma relação íntima entre a ação bandeirante e o início do ciclo do ouro. A narrativa salienta que “com a crise da economia portuguesa, ao final da União Ibérica, a metrópole voltou a incentivar os habitantes da Colônia a procurarem ouro e pedras preciosas. E os paulistas saíram na frente na corrida em busca de suas jazidas” (MELLO; COSTA, 2006, p. 212). Logo, segundo tal narrativa, a crise econômica ensejada pelo açúcar permitiu que a coroa portuguesa voltasse a ansiar pelas riquezas esperadas desde o começo da colonização e a impulsionar os colonos na busca de tal fortuna, os pródigos na tarefa foram os bandeirantes paulistas.

Percebamos que na narrativa, são estes personagens os responsáveis pelo início de uma nova máquina econômica: a exploração de ouro e pedras preciosas. Não obstante, a estrutura encaminhada pelos capítulos revela que a narrativa expõe o período colonial, utilizando os ciclos econômicos: primeiro o açúcar, depois a expansão territorial realizada pelos bandeirantes que permite dar início a um novo ciclo, o do ouro.

Igualmente, a **Coleção História e vida e integrada** estabelece a mesma relação que as outras fontes já analisadas, ou seja, são os bandeirantes o elemento de transição entre a economia açucareira e a aurífera. Ao se referirem ao bandeirante, os autores explicam que eles eram definidos como “paulistas. A expressão bandeirante só começou a ser usada mais tarde” (PILETTI; PILETTI; TREMONTE, 2006, p. 16). Os autores informam a existência de dois tipos de bandeiras: as de apresamento e as que procuravam ouro e pedras preciosas. Além disso, salienta-se que “os colonos paulistas eram muito pobres”, encontrando a sobrevivência com a venda de escravos. Os autores continuam afirmando que: “Ao avançar pelos sertões, eles criaram condições para o surgimento de pequenos povoados, que depois deram origem a vilas e cidades” (PILETTI; PILETTI; TREMONTE, 2006, p. 18).

Desta forma, temos a clara associação dos bandeirantes com a ocupação das terras portuguesas, mais adiante, narra-se que “nesse avanço para o interior, os bandeirantes realizaram o maior desejo do governo português: encontrar ouro” (PILETTI; PILETTI; TREMONTE, 2006, p. 18). Desta forma, os bandeirantes aparecem como

realizadores da expansão do território, além da descoberta do ouro, o que dá início a outra fase econômica na colônia. Logo, a explanação sobre o movimento bandeirante tem a função de explicar tanto a expansão territorial, como também, o início de uma nova atividade econômica: a extração de ouro.

Ademais, a **Coleção Estudar História** também seguirá o exemplo das narrativas analisadas anteriormente no que diz respeito ao papel do bandeirante na transição entre a produção do açúcar e a extração do ouro. Nesse sentido, o ciclo do ouro somente foi possível graças a ação dos bandeirantes paulistas, como salienta a autora a concretização dessa empresa foi realizada “por bandeirantes paulistas em fins do século XVII, na região que corresponde hoje ao estado de Minas Gerais” (BRAICK, 2011, p. 31).

No mais, são estes personagens que permitem que a narrativa explique a transição de uma atividade econômica para outra, além de explicar a formação do território brasileiro. Seguiu-se a esse processo o estabelecimento de uma economia aurífera que desenvolveria o Centro-Oeste. Conforme evidenciamos, o bandeirante ocupa uma função primordial na trama colonial, pois, é este sujeito que permite que os autores expliquem o trânsito entre ciclo do açúcar e do ouro.

Outrossim, a **Coleção Projeto Teláris** faz eco as outras coleções quanto a função do bandeirante no encadeamento dos ciclos econômicos. A narrativa encaminha que existiam dois tipos de expedição; “as expedições em busca de indígenas sertão a dentro” e, depois do quase extermínio da população indígena, “os bandeirantes passaram, então, a procurar indígenas, ouro e pedras preciosas” (AZEVEDO; SERIACOPI, 2013, p. 212). Outro argumento para a disseminação desse tipo de empreitada era o incentivo do governo, que buscava uma solução para a crise açucareira. Tais expedições resultaram não apenas na descoberta de riquezas minerais, mas, também, na ampliação das fronteiras territoriais. Percebamos que tal raciocínio foi repetido em todas as outras coleções: as bandeiras de prospecção trazem sempre dois resultados: a expansão do território e a descoberta de outra fonte de exploração, o ouro.

Neste sentido, a narrativa bandeirante é essencial na explanação sobre a economia açucareira e aurífera, pois esta acaba explicando o fim de uma fase de exploração e o início de outra, assim como, a expansão territorial. Desta forma, são os bandeirantes que efetivamente, através das empreitadas realizadas, expandem o território, ultrapassando os limites estabelecidos pelo tratado de Tordesilhas e fundando cidades.

Em conformidade com as coleções até agora estudadas, a **Coleção Vontade de Saber** continuará a situar o bandeirante como o responsável pela descoberta do ouro e outras riquezas minerais, feito que possibilitou a implantação de uma nova economia na colônia. Os autores indicam que “nos primeiros 200 anos de colonização do Brasil, como vimos, as atividades econômicas ficaram concentradas no litoral. A partir do século XVIII, no entanto, a colonização portuguesa avançou em direção ao interior” (PELLEGRINI;

MACHADO; GRINBERG, 2015, p. 256). Observemos que, segundo a narrativa, a expansão do território colonial ocorreu pelo avanço da colonização e também exploração metropolitanas.

Ademais, segundo a narrativa, a coroa portuguesa sempre teve como primeiro objetivo a descoberta de riquezas minerais nas terras coloniais, com a crise do açúcar, esse desejo se tornou urgente. Foram os colonos paulistas que “finalmente, em 1693 [...] encontraram as primeiras minas de ouro” (PELLEGRINI; MACHADO; GRINBERG, 2015, p. 261). Além da descoberta de ouro, tão aguardada, os bandeirantes também foram responsáveis, segundo a narrativa, por “tornarem conhecidas para a coroa portuguesa vastas regiões do território brasileiro, localizadas além dos limites do Tratado de Tordesilhas” (PELLEGRINI; MACHADO; GRINBERG, 2015, p. 262).

Dessa forma, o movimento bandeirante é explanado como elo de ligação entre o empreendimento açucareiro e aurífero. É o movimento bandeirante que explica a transição entre os dois ciclos, já que são tais personagens que encaminham a descoberta das primeiras minas de ouro, dando início à exploração do ouro e diamantes. Além disso, esses personagens também são apontados como responsáveis pela expansão territorial.

Finalmente, a **Coleção Piatã**, como as fontes precedentes seguiu o encadeamento da narrativa colonial, expondo o bandeirante como ponto de conexão entre duas fases produtivas. As autoras expõem que as primeiras expedições eram responsáveis por mapear o território, assim como capturar indígenas. Além disso, o texto explica que “as expedições particulares pelo sertão foram chamadas de bandeiras. Seus integrantes, os bandeirantes, atacavam e destruíam aldeias inteiras para o apresamento dos indígenas. Os alvos preferidos eram as missões jesuítas” (RIBEIRO; ANASTASIA, 2015, p. 26). Aqui, temos uma descrição nada elogiosa do movimento, em que as bandeiras têm a função de aprisionar indígenas e atacar aldeias jesuítas.

Em seguida, a narrativa atualiza o que seriam as bandeiras, pois salienta-se que além da captura de indígenas, “as entradas que partiam da vila de São Paulo também tinham o intuito de descobrir metais e pedras preciosas”. Depois da tão sonhada descoberta das minas de ouro, uma nova atividade econômica começou com a chegada de incontáveis exploradores. Como constatamos, esta última coleção repete uma relação já esboçada em todas as narrativas anteriores, ou seja, utiliza do agente sertanista para explicar uma inflexão na economia colonial. Desta forma, os bandeirantes em todas as coleções estudadas desempenham um papel fundamental no encadeamento das ações narradas nos livros didáticos, pois permitem explicar a transição entre a economia açucareira e a aurífera, além de explicar o desbravamento das terras brasileiras.

## Considerações Finais

Através da análise realizada em dez coleções didáticas publicadas ao longo de quase vinte anos de vigência do PNLD, pudemos constatar diversas permanências nas narrativas encaminhadas por estes livros. As dez coleções didáticas analisadas, desde a mais antiga, de 1997, até a mais atual, de 2015, demonstraram ser estruturadas pela esfera econômica no encaminhamento do período colonial, especificamente pelos ciclos de exploração realizados pela metrópole portuguesa.

Em todos os títulos analisados, as narrativas expuseram o período colonial utilizando como eixos estruturantes os ciclos econômicos, ou seja, a exploração do pau-brasil, a indústria do açúcar e a exploração do ouro. Ressalta-se que entre estes dois últimos processos, o movimento bandeirante é responsável por justificar a transição de um ciclo para outro, além de também explicar a expansão territorial. É essencial termos em vista que esta é uma perspectiva que não se alterou através de quase 20 anos, ao contrário, é perceptível desde a coleção mais antiga até a mais recente que a mesma estrutura narrativa permaneceu, mesmo com os diversos objetivos ou abordagens adotadas pelas coleções didáticas.

Inferimos que o protagonismo da teoria dos ciclos econômicos na narrativa didática demonstra que os livros didáticos não seguem a mesma lógica acadêmica, visto que a historiografia há muito superou a perspectiva econômica em favor de outras linhas interpretativas. A configuração evidenciada na presente análise atesta que a literatura didática, longe de ser apenas uma simplificação do saber acadêmico, apresenta uma lógica própria que pode se atrelar a historiografia, ou como vimos, escolher seguir por um caminho oposto.

Além disso, é salutar destacar como as obras analisadas para além de abordaram o período colonial por meio da perspectiva econômica, também optaram por estruturar a narrativa utilizando o eurocentrismo, desconsiderando a perspectiva ou agência dos povos indígenas e africanos que são vistos na narrativa como coadjuvantes e instrumentos para a concretização do projeto de colonização almejado (COELHO, 2017). Nesse sentido, as narrativas didáticas escolhem se adequar a uma narrativa tradicional e eurocêntrica ao invés de subvertê-la em favor de uma história que considere os saberes e protagonismo dos povos americanos e africanos cuja a longevidade de suas culturas ultrapassam em muito a cultura ocidental (DUSSEL, 2016).

Diante desse panorama é essencial que os pesquisadores, autores e professores considerem a abordagem do período colonial por prismas que ultrapassem o modelo eurocêntrico, principalmente dando protagonismo aos saberes e atuação da população indígena e negra durante esse processo histórico. Considerando que os currículos, cujos livros didáticos se subordinam, não priorizam essa subversão se faz necessários que os/as professores/as através de sua atuação cotidiana apliquem a problematização e crítica as narrativas que permanecem priorizando o aspecto econômico e eurocêntrico, e optem

pela afirmação de culturas por tanto tempo ignoradas e subestimadas (SACRISTÁN, 2000; DUSSEL, 2016).

## Referências

### *Fontes primárias*

AZEVEDO, Gislane Campos; SERIACOPI, Reinaldo. **Coleção Projeto Teláris**. 1 ed. São Paulo: Ática. 2012.

BRAICK, Patrícia Ramos. **Coleção Estudar história**: das origens do homem à era digital. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2011.

FERREIRA, José Roberto Martins. 1 ed. **Coleção História**. São Paulo: FTD, 1997.

MELLO, Leonel Itaussu; COSTA, Luís César Amad. **Coleção Construindo Consciências**. 1 ed. São Paulo: Scipione, 2006.

MONTELLATO, Andrea; CABRINI, Conceição; CATELLI, Roberto. **Coleção História temática**: diversidade cultural e conflitos. 3 ed. São Paulo: Scipione, 2004.

MOCELLIN, Renato. **Coleção Para Compreender a história**. 1 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1997.

PELLEGRINI, Marco César; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila. **Coleção Vontade de Saber**. 3 ed. São Paulo: FTD, 2015.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino; TREMONTE, Thiago. **Coleção História e vida integrada**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2009.

RIBEIRO, Vanice Maria.; ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Coleção Piatã**. 1 ed. Curitiba: Positivo, 2015.

SCHMIDT, Mario Furley. **Coleção Nova história crítica**. 1 ed. São Paulo: Nova Geração, 1999.

### *Fontes secundárias*

ABUD, Kátia. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**. 1985. 242 p. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 1985.

BAKHTIN, Michael. (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12 ed. São Paulo: HUCITEC. 2006.

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luis Antero Reto. 1 ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, Amanda Penalva. **Uma análise da relação professor e o livro didático**. 2011. 65 p. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Departamento em educação, Universidade do Estado da Bahia/UEBA, 2011.

COELHO, Mauro Cezar. Que enredo tem essa história? A colonização portuguesa na América nos livros didáticos de história. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). **Livros didáticos de história**: entre políticas e narrativas. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2017, p. 185-202.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Sociedade e Estado*, v. 31, p. 51-73, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/wcP4VWBVw6QNbvq8TngggQk/?lang=pt>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

FAGUNDES, Augusto; BORGES, Eduardo Jose Santos. Considerações sobre um campo disciplinar: os principais modelos explicativos da economia colonial. **CADERNOS DE HISTÓRIA**, v. 19, p. 142-168, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/15616>>. Acesso em: 11 Jul. 2021.

FERREIRA, Antônio Celso. **A epopeia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002

FERRETTI, Danilo José Zioni. **A construção da paulistanidade**. Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). 2004. 390 p. Tese (Doutorado em história social) – Departamento de história, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2000.

MARX, Karl. **O capital**. Tradução: Rubens Enderle. 2 ed. São Paulo: Boi tempo, 2011.

MIRANDA, Sonia Regina; DE LUCA, Tania Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n 48, p. 123-144, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882004000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000200006)>. Acesso em: 11 Jul. 2021.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; FREITAS, Itamar. Historiografia didática e prescrições estatais sobre conteúdos históricos em nível nacional (1938-2012). **Territórios e Fronteiras** (Online). v. 6, n. 2, p. 6-24, 2013. Disponível em: <<http://www.pppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/242>>. Acesso em: 11 Jul. 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

NOVAIS, Fernando Antonio. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial**. 1 ed. São Paulo: CEBRAP/Brasiliense, 1977.

SACRISTÁN, José. *O Currículo*: Uma Reflexão sobre a Prática. Tradução Ernani F. da F. Rosa. 3 ed. Porto alegre: ArtMed, 2000.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. A historiografia econômica brasileira: dos pioneiros às tendências recentes da pesquisa em história econômica do Brasil. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 2, n. 1, p. 182-203, 2009. Disponível em: <<http://www.pppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/37>>. Acesso em: 11 Jul. 2021.

SILVA, Vitor Soares. **O modelo de economia pré-capitalista no Brasil segundo Celso Furtado**. 2012. 60 p. Monografia (Bacharelado em Economia) – Instituto de economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, João Paulo. Entre o Sentido da Colonização e o Arcaísmo como Projeto: a Superação de um dilema através do conceito de capital escravista-mercantil. **Estudos econômicos**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 173-203, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35945>>. Acesso em: 11 Jul. 2021.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves. Capital e Colonização: a constituição da periferia do sistema capitalista mundial. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 36, n.3, p. 539-591, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-41612006000300005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612006000300005)>. Acesso em: 11 Jul. 2021.

VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. **Questões e Debates**, v. 5, p. 217-238, 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15676>>. Acesso em: 11 Jul. 2021.

WALDMAN, Thaís Chang. **Entre batismos e degolas:** (des)caminhos bandeirantes em São Paulo. 2018. 319 p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2018.

\*\*\*

Recebido: 03.04.2023

Aprovado: 01.08.2023

Publicado: 08.08.2023